



SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 633/26

- Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:
- Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 – Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências.
- Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 – Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.
- Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 – Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.
- Lei Federal nº 14.260, de 8 de dezembro de 2021 – Estabelece incentivos à indústria da reciclagem; e cria o Fundo de Apoio para Ações Voltadas à Reciclagem (Favorecicle) e Fundos de Investimentos para Projetos de Reciclagem (ProRecicle).
- Lei Federal nº 14.926, de 17 de julho de 2024 – Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, para assegurar atenção às mudanças do clima, à proteção da biodiversidade e aos riscos e vulnerabilidades a desastres socioambientais no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental.
- Lei Estadual nº 12.300, de 16 de março de 2006 – Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes.
- Lei Estadual nº 12.780, de 30 de novembro de 2007 – Institui a Política Estadual de Educação Ambiental.
- Lei Municipal nº 10.954, de 28 de janeiro de 1991 – Dispõe sobre a coleta seletiva do lixo industrial, comercial e residencial.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 12.563, de 8 de janeiro de 1998 – Dispõe sobre a forma de acondicionamento de ferro-velho, sucatas e materiais reutilizáveis ou recicláveis nos locais que especifica e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002 – Dispõe sobre a organização do Sistema de Limpeza Urbana do Município de São Paulo, cria e estrutura seu órgão regulador e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 14.933, de 5 de junho de 2009 – Institui a Política de Mudança do Clima no Município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 15.374, de 18 de maio de 2011 – Institui o Programa Socioambiental de Coleta Seletiva de Resíduos Recicláveis no Município de São Paulo e estabelece diretrizes para o fortalecimento da coleta seletiva.
- Lei Municipal nº 15.967, de 24 de janeiro de 2014 – Dispõe sobre a Política Municipal de Educação Ambiental de São Paulo e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 16.836, de 8 de fevereiro de 2018 – Institui a Política Municipal de Apoio ao Cooperativismo no Município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 17.471, de 30 de setembro de 2020 – Estabelece a obrigatoriedade da implantação de logística reversa no Município de São Paulo para recolhimento dos produtos que especifica e dá outras providências.
- Projeto de Lei nº 991, de 28 de agosto de 2025 – Fica autorizado a instituição do Programa de Coleta Seletiva nas Escolas da Rede Municipal de Ensino de São Paulo e dá outras providências.
- PL 1455/2025 Autoriza as cooperativas e outras formas de associações de catadores de materiais recicláveis legalmente constituídas a realizar a retirada gratuita dos materiais recicláveis depositados nos Ecopontos (Pontos de Entrega Voluntária – PEVs) e nas sedes das Subprefeituras do Município de São Paulo, e dá outras providências.
- PL 573/2025 Altera os artigos 158 e 159 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 (Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo), para incluir entre os beneficiários do pagamento por serviços ambientais os catadores e catadoras de materiais recicláveis e prever programas específicos voltados à coleta seletiva manual urbana.
- PR 92/2025 Frente Parlamentar contra os incineradores e em defesa de uma Política de resíduos sólidos sustentável



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 25 de agosto de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068